



ALEXANDRA SERRA

Gestão e adaptação são fatores-chave para lidar com os fenômenos meteorológicos extremos. Para Alexandra Serra, as entidades gestoras têm de resolver problemas de falta de escala e de eficiência. Por outro lado, a administradora executiva do grupo Águas de Portugal Internacional e presidente da Parceria Portuguesa para a Água reconhece que o preço da água terá de aumentar para cobrir os custos de disponibilização e forçar um uso eficiente.

Indústria e Ambiente (IA) – Os fenómenos climáticos extremos como a seca do último ano tenderão a repetir-se com frequência. O que é que o país, e em particular as Entidades Gestoras, têm de fazer para acautelar a mitigação e adaptação às Alterações Climáticas?

Alexandra Serra (AS) – As previsões mais recentes mostram que, tendencialmente, os efeitos das alterações climáticas se irão agravar a diferentes níveis: aumento da temperatura média, mais ondas de calor, cheias e secas mais frequentes e mais intensas. Estes efeitos começam já a ter impactos evidentes no ciclo urbano da água em Portugal. Todos recordamos a situação grave de falta de água em Viseu durante a seca do ano passado. De facto, as entidades gestoras têm de se adaptar rapidamente a este novo “normal”. E têm de alterar práticas de gestão que contribuam para a mitigação. Para isso, há que trabalhar em dois tabuleiros: maior eficiência no uso dos recursos naturais e sistemas infraestruturais mais resilientes. Portugal tem de ser mais eficiente e tem de evoluir rapidamente na política dos 3 R – Recuperar, Reutilizar e Reciclar. As entidades gestoras têm de ser eficientes no uso da energia, de reduzir as perdas e fugas e de valorizar os subprodutos da sua atividade. Começam já a existir alguns bons exemplos de produção de energia a partir das lamas e de reutilização das águas residuais tratadas, mas ainda há um enorme potencial por aproveitar. Em paralelo, há que melhorar a capacidade de resposta dos sistemas infraestruturais aos fenómenos hidrológicos extremos. Entre 1995 e 2010, Portugal fez grandes investimentos em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento num contexto em que as alterações climáticas não eram propriamente uma preocupação das entidades gestoras. Hoje, o paradigma mudou. As entidades gestoras têm de colocar a adaptação no topo das suas prioridades.

IA – No seu desígnio de partilha de conhecimento internacional, que papel terá a Parceria Portuguesa para a Água (PPA) nesta matéria? Que tipo de conhecimento pode levar aos restantes países lusófonos e que lições poderá Portugal retirar das experiências climáticas desses países?

AS – A evolução do setor da água em Portugal, olhado como um caso de sucesso dentro e fora do país, tem de continuar a merecer esse reconhecimento e para isso tem de continuar a evoluir.

O setor tem ainda problemas por resolver, de falta de escala e de eficiência e todos os stakeholders devem agir concertadamente e

mobilizar-se para um novo patamar de qualidade, em que a inovação deve ter um papel central.

A PPA, enquanto associação que promove a internacionalização do cluster português da água, tem um contributo muito relevante na divulgação e promoção das capacidades nacionais e pode também contribuir para a dinamização de novas áreas de excelência do setor, que podem contribuir para melhorar a competitividade das empresas portuguesas nos mercados internacionais. O projeto P3LP e o recente inquérito sobre as Dores da Internacionalização são dois exemplos do que a PPA tem feito em prol desta missão. O projeto P3LP centrou-se precisamente na partilha de conhecimento, através da realização de missões a Portugal de delegações dos países africanos de língua portuguesa. O inquérito das Dores da Internacionalização aponta áreas prioritárias de intervenção para reforçar e expandir as atividades internacionais do cluster português da água.

IA – Uma das consequências da seca foi a redução da disponibilidade hídrica e, consequentemente, um maior recurso a fontes de energia não renováveis. As Alterações Climáticas geram seca que, por sua vez, é causa indireta para o aumento das emissões, gerando novamente Alterações Climáticas. Como se quebra este ciclo?

AS – Esse ciclo tem de ser quebrado investindo

mais na gestão dos nossos recursos hídricos, em melhor conhecimento, melhorando a monitorização e investindo na sua valorização e regularização, aumentando o armazenamento de água com a construção de mais algumas barragens cuja necessidade ficou patente no ano passado. Onde existe regularização dos recursos hídricos não houve falhas significativas no abastecimento e onde falta essa regularização, verificaram-se crises graves no abastecimento de água.

IA – A água é um bem público essencial que, apesar de não ser gratuito, assume um peso relativamente baixo no orçamento familiar, comparativamente com outros bens essenciais. Poderemos ter de lidar com o aumento do custo deste bem no futuro?

AS – É importante separar a discussão do peso da fatura da água no orçamento familiar das questões de natureza social aplicável às populações mais pobres e vulneráveis. De facto, em Portugal a relação entre a fatura mensal de água e o orçamento disponível das famílias está abaixo dos standards considerados por reconhecidas instituições internacionais. Mas em muitas regiões do país, a tarifa aplicada não cobre os custos do serviço.

O preço da água terá forçosamente de aumentar, uma vez que o preço do recurso deve cobrir os custos da sua disponibilização ao utilizador, e hoje isso ainda está longe de acontecer em muitos casos. Acresce que o preço da água é



A EVOLUÇÃO DO
SETOR DA ÁGUA EM
PORTUGAL, OLHADO
COMO UM CASO DE
SUCESSO DENTRO
E FORA DO PAÍS,
TEM DE CONTINUAR
A MERECEER ESSE
RECONHECIMENTO
E PARA ISSO TEM
DE CONTINUAR A
EVOLUIR.

PERFIL

Alexandra Serra é administradora executiva da Águas de Portugal Internacional e desde 2017 preside à Parceria Portuguesa para a Água. É licenciada em Engenharia Civil e desempenhou funções no setor da água, quer no público quer no privado.



um indicador importante sobre a sua escassez, que ajuda a promover o seu uso eficiente. E no futuro será necessário continuar a executar investimentos, cumprir legislação ambiental cada vez mais exigente e gerir alterações nos padrões de consumo de água. Tudo isso provocará pressão sobre o crescimento das tarifas, que terá de ser contrariada através de uma utilização mais eficiente dos recursos e da adoção de novas soluções tecnológicas que reduzam os custos do ciclo de vida dos sistemas. **IA – O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) definiu como metas, a nível de perdas, os seguintes valores para 2020: 20 por cento no setor urbano, 35 por cento no setor agrícola e 15 por cento no setor industrial. Estamos em condições de cumprir estas metas?**

AS – Estamos infelizmente longe no que respeita ao setor urbano, como aliás pode ser visto nos relatórios da ERSAR, o regulador setorial. A grande maioria das autarquias tem perdas nas suas redes de distribuição francamente superiores a 20 por cento e um número ainda muito significativo de municípios ultrapassa mesmo os 50 por cento. É possível cumprir essas metas, mas é necessário que

as entidades gestoras tenham escala e capacidade técnica, económica e financeira para executar os programas de medidas necessários para atingir esses objetivos de eficiência. Já no setor agrícola os progressos têm-se feito sentir precisamente porque o custo da água para a rega, embora o seu preço unitário seja geralmente baixo, representa uma parcela importante dos custos de produção, o que tem levado os agricultores a adotar métodos de rega mais eficientes.

IA – O PENSAAR 2020 assume a crescente relevância da reutilização das águas residuais urbanas, mas atualmente a reutilização ainda está muito aquém daquilo que o próprio PEAASAR II já recomendava. Porquê?

AS – A decisão de avançar para a reutilização depende de um conjunto de fatores que estão fora do alcance das entidades gestoras dos sistemas de águas e saneamento, nomeadamente da existência de uma procura para as águas residuais tratadas e da possibilidade e das entidades gestoras recuperarem os seus custos. Por isso, numa primeira fase, o aumento da reutilização das águas residuais passa sobretudo pela adoção de políticas públicas que incentivem esse aumento. Um bom

exemplo é o Plano Nacional de Reutilização de Águas Residuais Urbanas, que está em desenvolvimento. Se for devidamente executado pode ser um passo muito importante para que sejam atingidas as metas fixadas no PEAASAR.

IA – Qual o papel que a agricultura pode ter na alteração de paradigmas no que respeita aos usos da água e eficiência hídrica?

AS – A agricultura já está a ter um papel muito importante na mudança do paradigma no que respeita ao uso eficiente da água, como aliás pode ser visto nos novos regadios do Alqueva. Na fase de conceção do empreendimento, as necessidades de água das culturas foram estimadas considerando dotações da ordem de 5000 m³/ha.ano. Hoje, verifica-se que os valores reais estão muito abaixo deste número, o que se explica por dois fatores: pelo facto de estarem a ser adotados pelos agricultores métodos de rega muito mais eficientes e adoção de culturas menos exigentes em água e por este empreendimento dispor de uma gestão profissional tecnicamente muito capaz, que assegura uma eficaz manutenção das infraestruturas e uma boa gestão de ativos em geral. **IA**